

**A PROBLEMÁTICA DA SUSTENTABILIDADE EM PROJETOS
DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESCOLAS**

Angélica da Silva Rodrigues Vieira
Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Campus Angicos)
E-mail: angelica.vieira@alunos.ufersa.edu.br

Magnus José Barros Gonzaga - Orientador
Professor Associado do Departamento de Ciências Humanas - DCH
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Campus Angicos)
E-mail: magnus.gonzaga@ufersa.edu.br

RESUMO

O presente trabalho, resultado de estudo bibliográfico, analisa a forma como a sustentabilidade vem sendo abordada em projetos de Educação Ambiental em escolas, cuja concepção pedagógica é influenciada por discursos empresariais alinhados ao chamado “capitalismo verde”. Parte-se da compreensão de que práticas pedagógicas em Educação Ambiental restritas às atividades como coleta seletiva de lixo, reciclagem, consumo consciente, economia de água focadas em ações comportamentais simplificam problemas socioambientais complexos, ao desconsiderar suas raízes históricas, sociais e econômicas. A pesquisa se fundamentou em autores do campo crítico que compreendem os limites da Educação Ambiental conservadora e pragmática como abordagens que constantemente despolitizam e reduzem o conceito de sustentabilidade. A pesquisa identificou que muitos projetos desenvolvidos em escolas que envolvem a Educação Ambiental reproduzem visões superficiais e descontextualizadas, na medida em que deixa de promover reflexão crítica.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Sustentabilidade; Práticas Pedagógicas.

1 INTRODUÇÃO

A sustentabilidade tornou-se um conceito essencial no discurso contemporâneo, ao refletir a necessidade de práticas que preservem o meio ambiente para as futuras gerações. Nos últimos anos, os projetos de Educação Ambiental desenvolvidos nas escolas têm ganhado destaque como uma ferramenta vital para promover a consciência entre os jovens. No entanto, evidencia-se a grande influência de empresas que disseminam o discurso de sustentabilidade nas escolas, tendo em vista que elas moldam práticas sustentáveis,

discursos e “soluções” voltadas aos interesses do mercado por meio do chamado “capitalismo verde”. Como consequência, reproduzem uma visão estreita e reducionista sobre a sustentabilidade.

Os projetos de Educação Ambiental promovidos em parcerias com empresas fornecem apoio material às escolas, porém muitas vezes chega a ignorar as reais necessidades sociais e ambientais, o que na prática fortalece a lógica de mercado. Esse tipo de discurso costuma oferecer “soluções prontas”, como, por exemplo, campanhas educativas, como reciclar o lixo ou economizar água e são apresentadas como práticas sustentáveis. No entanto, tais práticas tendem a restringir a sustentabilidade a mudanças comportamentais individuais.

Tais iniciativas nem sempre consideram dimensões históricas, sociais, culturais e econômicas que moldam os conflitos ambientais. Desse modo, projetos escolares reproduzem uma visão limitada da Educação Ambiental, afastando-se assim de perspectivas críticas e transformadoras. Mesmo quando ajudam as escolas com materiais e campanhas, essas iniciativas acabam reforçando uma visão reduzida da sustentabilidade, que não incentiva o pensamento crítico e não aborda a realidade das comunidades.

Por conseguinte, este artigo, resultado de estudo bibliográfico, analisa a forma como a sustentabilidade é abordada em projetos de Educação Ambiental em escolas. Com base em estudos realizados, (Layrargues, 2002), (Bagnolo, 2009), Lamosa (2010) (Loureiro (2012), evidencia-se que a concepção pedagógica orientadora é influenciada por discursos empresariais alinhados ao chamado “capitalismo verde” e predominância de práticas conservadoras.

A presente proposta de trabalho justifica-se pela necessidade de compreender a Educação Ambiental como um processo crítico, que vá além de práticas reducionistas e discursos empresariais voltados ao “capitalismo verde”. Busca-se promover uma reflexão que considere as dimensões social, cultural, econômica e ambiental da sustentabilidade, valorizando o papel da escola na formação de sujeitos conscientes das desigualdades e contradições que envolvem a questão ambiental. Assim, a proposta contribui para que a educação ambiental seja um instrumento de transformação social, e não apenas de reprodução de interesses de mercado.

Portanto, justifica-se este estudo pela necessidade de repensar a sustentabilidade para além de práticas superficiais e limitadas, compreendendo-a em sua totalidade, a partir de seus quatro pilares; ambiental, social, econômico e cultural. Tal abordagem possibilita problematizar as desigualdades e contradições presentes na sociedade capitalista, na medida em que fortalece

uma concepção de Educação Ambiental transformadora, capaz de estimular a consciência crítica e a justiça socioambiental.

2 Educação Ambiental no Brasil: aspectos históricos, políticos e pedagógicos

É possível dizer que a Educação Ambiental (EA) possui uma longa trajetória na relação humana com a natureza. Desde os tempos antigos, isto é, nas sociedades primitivas, a Educação Ambiental era desenvolvida na medida em que a relação humana com a natureza constituía um componente fundamental para a preservação da vida. Como afirma Gonzaga (2008),

Os seres humanos precisavam conhecer quais alimentos podiam consumir, em quais lugares poderiam buscar água e quais elementos da natureza serviam para confeccionar roupas e construir abrigos. Também necessitavam identificar de onde extrair os remédios para tratar doenças. Enfim, esses eram saberes essencialmente ambientais, transmitidos de forma ancestral de geração em geração e, por vezes, enriquecidos com novas descobertas ao longo da história humana (Gonzaga, 2008, p. 61).

A Educação Ambiental, antes de ser caracterizada como um campo de estudo ou uma prática pedagógica, já fazia parte da vida cotidiana, desde as formações sociais primitivas. Portanto, essa interação com o meio ambiente e a transmissão desses saberes constituía uma forma de Educação Ambiental, ainda que assistemática.

Com os grandes avanços da ciência e tecnologia, bem como o advento da Revolução Industrial e a consolidação do modo capitalista de produção, a relação humana com a natureza se modificou drasticamente. Referindo-se a um circuito de degradação dificilmente reversível, Gonzaga (2014, p. 45) afirma que “há um movimento de apropriação sem trégua do meio ambiente e de seus potenciais naturais, decorrente da lógica de produção capitalista e de seus entes ideológicos constitutivos em torno da ideia de desenvolvimento”.

Pode-se dizer, inclusive, que o surgimento das indústrias e das cidades, assim como o desenvolvimento da economia capitalista, expandiu o uso dos recursos naturais e provocou impactos ambientais cada vez mais graves.

Nesse contexto, o meio ambiente passa a ser objeto de preocupação e ganhar espaço, principalmente, a partir do século XIX, quando surgiram os primeiros estudos científicos sobre as relações entre os seres vivos e o ambiente. Foi nesse contexto que, em 1866, o

biólogo alemão Ernst Haeckel (1834-1919) propôs o uso do vocábulo “ecologia”, oriundo dos termos gregos oikos (casa) e logos (estudo), para estudar as relações ecológicas. Na obra Morfologia geral dos organismos, Ernst Haeckel sugere a criação de uma nova disciplina científica para estudar as relações entre espécies e o seu meio ambiente.

No século XX, a partir da década de 1960, o meio ambiente passa a apresentar sinais de uma crise mais ampla, como resultado do modelo de desenvolvimento econômico adotado pelos países ricos. Tal crise se traduzia em problemas ambientais, como os níveis crescentes de poluição atmosférica nos grandes centros urbanos e industriais – a exemplo das cidades de Los Angeles, Nova Iorque, Berlim, Chicago, Tóquio, Londres e também em cidades industrializadas na periferia do capital, como São Paulo.

Este quadro constitui o terreno antecessor da Educação Ambiental na medida em que o meio ambiente já demonstrava sinais de que uma crise ainda mais ampla viria se alastrar pelo mundo nas décadas subsequentes. Os anos subsequentes foram marcados por grandes conferências e estudos relacionados à questão ambiental.

Dentre estes, destacam-se a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Meio Ambiente Humano, realizada na cidade de Estocolmo, Suécia, em 1972, e a divulgação do relatório “Os Limites do Crescimento”, elaborado pelo Clube de Roma no mesmo ano. Ainda na mesma década, a UNESCO e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) realizaram, em 1975, a Conferência de Belgrado, na antiga Iugoslávia, representando um marco importante para a Educação Ambiental em nível global. Em 1977 foi realizada a Conferência de Tbilisi, Geórgia, integrante da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Estes eventos promoveram passos importantes para o estabelecimento de bases para políticas e programas de Educação Ambiental.

No Brasil, a Educação Ambiental é parte do movimento internacional de construção de uma consciência ecológica voltada para a compreensão e enfrentamento dos problemas ambientais. Seu desenvolvimento iniciou no contexto da ditadura civil-militar, período caracterizado pela repressão ditatorial que se estendeu de 1964 até 1985.

No plano das questões ambientais durante o período ditatorial, conforme menciona Gonzaga (2008),

no ritmo do milagre econômico, o regime militar contraria as preocupações internacionais de proteção ao meio ambiente e privilegia o crescimento econômico, a qualquer custo, sem nenhuma preocupação ambiental, como o caso da construção da rodovia Transamazônica,

motivada por razões de “desenvolvimento” e de segurança nacional (Gonzaga, 2008, p. 64).

Nesse contexto, apesar do país estar sob o controle do regime civil-militar, que de certa maneira limitava as discussões e movimentos sociais, surgiram iniciativas isoladas, de ambientalistas e educadores preocupados com a destruição dos recursos naturais. Movimentos populares e sindicais começaram a associar a luta pela terra e pela justiça social à defesa do meio ambiente. Nessa época, então, o nome de Chico Mendes tornou-se símbolo dessa união entre a causa ambiental e os direitos dos trabalhadores rurais. Configura-se, assim, uma luta de caráter nacional que também abre caminhos para as discussões sobre a Educação Ambiental.

Do ponto de vista das políticas públicas, a criação das primeiras leis voltadas à área da Educação Ambiental no Brasil surgiu em 1981, por meio da Lei 6.902/81 a qual determinou novas áreas ambiental protegidas, como, por exemplo, as Estações Ecológicas, designada para pesquisa e desenvolvimento da educação conservacionista. Na mesma época, a Lei 6.938/81 estabeleceu a Educação Ambiental como ferramenta para ajudar na solução de problemas ambientais e incluiu essa educação em todos os níveis de ensino.

Por conseguinte, em 1988, a Constituição Federal garantiu a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, estabelecendo o dever do governo promover a conscientização das pessoas sobre a preservação e conservação do meio ambiente.

Nos anos seguintes foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), instituto responsável pela proteção do meio ambiente. Além desse instituto, na mesma década, especificamente, em 1992, foram criados os Núcleos de Educação Ambiental pelo IBAMA, o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), pelo Ministério da Educação - MEC e Ministério do Meio Ambiente – MMA, no ano de 1994.

As décadas de 1990 e 2000 constituíram períodos decisivos para a institucionalização de marcos legais fundamentais à Educação Ambiental no Brasil.

Ainda no campo da educação, destacam-se, em 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais definidos pela Secretaria de Ensino Fundamental do Ministério da Educação (MEC), nos quais o tema "meio ambiente" foi incluído como um dos temas transversais.

No mesmo período, em 1999, ocorreu a aprovação da Política Nacional de Educação Ambiental por meio da Lei 9.795/1999. Em 2001, o MEC implementou o programa Parâmetros em Ação: ambiente na escola; em 2002, a Política Nacional de

Educação Ambiental foi regulamentada pelo Decreto 4.281; e, em 2003, foi criado o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, reunindo representantes do MEC e do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

3 Diferentes abordagens político-pedagógicas na Educação Ambiental

Ao passar do tempo novas perspectivas surgiram sobre a Educação Ambiental. No contexto social vigente no Brasil, ela deixou de ser compreendida de forma única e passou a abranger diferentes formas de compreender e trabalhar as questões relacionadas ao meio ambiente.

Nessa linha de raciocínio, ao longo do tempo, pesquisadores e educadores passaram a compreender que os problemas ambientais não podem ser explicados e enfrentados unicamente pela mudança comportamental individual desconectada das relações sociopolíticas estabelecidas coletivamente na sociedade. Ao contrário, a problemática ambiental insere-se em um contexto mais amplo, caracterizado por fatores como conflitos sociais, desigualdades, modos de produção e formas de organização da sociedade.

Diante desse cenário, emergem diferentes tendências no campo da Educação Ambiental, cada uma enfatizando aspectos específicos do processo educativo. Conforme Layrargues e Lima (2011; 2014) destacam-se três macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental: a conservacionista, a pragmática e a crítica.

A vertente conservacionista está focada nas dimensões físicas e biológicas da questão ambiental, assim mantém o foco na preservação da natureza, nas mudanças comportamentais individuais, valorizando práticas que estimulam o cuidado em relação ao meio natural, sem perspectiva crítica sobre o meio ambiente e as relações sociais. Para Layrargues e Lima (2014), trata-se de

representações conservadoras da educação e da sociedade porque não questionam a estrutura social vigente em sua totalidade, apenas pleiteiam reformas setoriais. Apontam para mudanças culturais reconhecidamente relevantes, mas que dificilmente podem ser concretizadas sem que também se transformem as bases econômicas e políticas da sociedade (Layrargues e Lima, 2014).

Já a vertente pragmática foca em técnicas de consumo sustentável, priorizando, por exemplo ações, práticas, como reciclagem, consumo consciente. Apesar de ser uma macrotendência constantemente presente em programas escolares e em iniciativas governamentais e empresariais, essa abordagem costuma tratar os problemas ambientais

como questões técnicas, sem visão crítica, isto é, sem aprofundar as causas sociais sobre os problemas ambientais. Para os autores, as macrotendências conservacionista e pragmática “representam duas tendências e dois momentos de uma mesma linhagem de pensamento que foi se ajustando às injunções econômicas e políticas do momento até ganhar essa face modernizada, neoliberal e pragmática que hoje a caracteriza” (Layrargues e Lima, 2014).

A tendência crítica fundamenta-se no materialismo histórico-dialético, no marxismo, na teoria social crítica, analisando a problemática ambiental em sua relação com as estruturas sociais, políticas e os modelos econômicos, bem como com sua relação com o surgimento recorrente dos problemas socioambientais. Esta vertente, por sua vez, aglutina as correntes da Educação Ambiental Popular, Emancipatória, Transformadora e no Processo de Gestão Ambiental (Layrargues e Lima, 2014). Esta abordagem parte da ideia que a educação deve estimular a reflexão, participação e transformação social, como também as atividades práticas precisam levar a reflexão da crise ambiental mencionando sempre as perspectivas de mudança social e ambiental. Para Layrargues e Lima (2014), “todas essas correntes, com algumas variações, se constroem em oposição às tendências conservadoras, procurando contextualizar e politizar o debate ambiental, problematizar as contradições dos modelos de desenvolvimento e de sociedade. Assim, a Educação Ambiental crítica defende a necessidade de problematizar temas como desigualdade, justiça socioambiental, democracia, direitos humanos e desenvolvimento, de modo a promover a formação de sujeitos capazes de assumir posturas críticas diante dos desafios decorrentes da crise socioambiental.

É importante salientar que a presença dessas tendências também impacta as práticas educativas. Nesse sentido, em algumas escolas, ainda é comum encontrar projetos voltados à conscientização do cuidado individual com o meio ambiente, enquanto em outras instituições se desenvolvem atividades que incentivam a reflexão sobre o território e os problemas socioambientais que afetam a comunidade.

Ademais, em programas governamentais e empresariais, é notório a frequência em enfoque pragmático, ou seja, que valoriza atitudes rápidas e técnicas, como campanhas de coleta seletiva, palestras sobre uso consciente dos recursos naturais ou projetos de economia de energia. Diante desse contexto, torna-se evidente que a Educação Ambiental no Brasil configura-se como um campo diverso, em permanente processo de construção e transformação.

Diante da diversidade de avanços que forma o campo da Educação Ambiental, torna-se notório que essa área não pode ser assimilada como algo homogêneo, mas como um espaço plural e em constante disputa de sentidos. Como afirmam Layrargues e Lima (2014), as diferentes macrotendências conservacionista, pragmática e crítica expressam modos distintos de entender tanto a crise ambiental quanto o papel da educação na sociedade.

4 A Problemática da Sustentabilidade e sua inserção no campo educacional

A ideia da sustentabilidade surge a partir da influência do relatório Brundtland, que define o conceito como um modelo que equilibra e atende às necessidades presentes sem comprometer as futuras gerações. Foi por meio do relatório Nosso Futuro Comum (1991) que o conceito ganhou relevância mundial e passou a ocupar lugar central nas discussões sobre meio ambiente. A partir de tal formulação, o Desenvolvimento Sustentável (DS) se projetou como solução para a crise ambiental global e adquiriu grande destaque nos debates sobre as questões ambientais.

No contexto social vigente, a aceitação do conceito do DS, que enfatiza a necessidade de conciliar crescimento econômico com a proteção do meio ambiente chamou a atenção dos governos, economistas, e das agências internacionais. Nesse processo, o termo sustentabilidade passou a inserir-se nas políticas públicas, nas ações empresariais e nos programas educacionais.

Conforme Gonzaga (2008), “a tentativa dos organismos oficiais e de setores do próprio ambientalismo, de se estabelecer consensos em torno da proposta, não a imune das críticas contundentes em relação à ambivalência e ao vazio do discurso”.

Com as constantes discussões ambientais ao longo das últimas décadas, o DS passou a ser incluído principalmente pelos setores do mercado. No entanto, o termo tem sido utilizado de forma superficial, sem efetiva priorização do equilíbrio entre a utilização dos recursos naturais e o crescimento econômico. Em outras palavras, sem mudanças significativas nos modos de produção e consumo.

Nesse contexto, umas das principais problemáticas do DS consiste na ação do modelo econômico ao continuar utilizando os recursos naturais de maneira desordenada, sem se importar com as consequências que podem tanto impactar o meio ambiente como gerar a continuação das desigualdades sociais e regionais, haja vista que a lógica do capital

prioriza o lucro. Além disso, o setor empresarial frequentemente influencia programas governamentais, políticas públicas e até práticas educativas, que fortalecem um modelo de sustentabilidade alinhado predominantemente aos interesses econômicos, processo que caracteriza a hegemonia do discurso empresarial.

No âmbito educacional, o conceito de sustentabilidade passou a ser incorporado pela área da educação ambiental a partir de discursos que apresentam o desenvolvimento sustentável como uma solução para o equilíbrio de conciliar crescimento econômico e preservação ambiental. Essa concepção, proposta por organismos internacionais e reforçada em documentos oficiais, tende a ser atendida como se representasse uma solução para os desafios socioambientais. Entretanto, uma reflexão crítica e aprofundada sobre o termo evidencia contradições estruturais que comprometem sua efetividade e transformação social e como eixo orientador das práticas no contexto educacional.

Deve-se pontuar, de início, que a primeira problemática surge da própria forma como a sustentabilidade tem sido proposta e acolhida. Em vez de ser compreendida e de se orientar por valores universais, apresenta-se frequentemente dissociada das relações sociais concretas. Essa abordagem despolitiza a questão ambiental ao reforçar soluções técnicas, de comportamentos e conscientização, que deslocam para o indivíduo a responsabilidade por problemas que são estruturais. Desse modo, diminui a complexidade da crise socioambiental à adoção de práticas individuais, como reciclar resíduos, economizar água ou evitar o desperdício, como esses comportamentos individuais fossem, de fato capazes de enfrentar as injustiças ambientais e os modelos produtivos vigentes.

Outro aspecto crítico é a crescente hegemonia do discurso empresarial de sustentabilidade, que ganha espaço no ambiente escolar e nas políticas públicas. A Educação Ambiental tem promovido uma visão pragmática e alinhada aos interesses do chamado capitalismo verde. Essa perspectiva reforça a ideia de que é possível manter o modelo econômico vigente apenas ajustando práticas de consumo e gestão, sem refletir e questionar o padrão de exploração dos recursos e do trabalho. Assim sendo, o discurso de sustentabilidade é montado para reconhecer um desenvolvimento econômico contínuo, ao mesmo tempo em que oculta os conflitos e desigualdades que sustentam esse modelo. Para Lamosa (2010), “a relação entre a responsabilidade social e a EA se dá no contexto do novo padrão de sociabilidade do capital.

Ademais, é importante salientar que a introdução desse discurso nas escolas se dá por meio de projetos, formações e parcerias público-privadas que se apresentam como soluções para a ausência estrutural da educação pública. Apesar de ser frequentemente bem

recebidos por professores e gestores, tais projetos trazem consigo concepções de meio ambiente, de sociedade e de educação alinhadas a lógica empresarial. A escolha dos temas ambientais trabalhados nas escolas, por exemplo, costuma refletir os interesses das empresas financiadoras, deixando de lado questões críticas como os impactos sociais das grandes corporações, a concentração de renda, a distribuição desigual de bens naturais e o papel do Estado na garantia de direitos.

Esse contexto evidencia uma das maiores problemáticas da sustentabilidade na área educacional: a necessidade de conscientizar as pessoas para a preservação ambiental, sem abordar as causas estruturais da crise ambiental. Assim, temas ligados ao modo de produção, limites ambientais, às desigualdades de renda e às relações de poder ficam ausentes ou são tratados sem aprofundamento. O discurso dominante sustenta que todos são igualmente responsáveis e afetados pelos problemas ambientais, esquecendo de expor as diferenças históricas, sociais e econômicas que determinam quem produz e quem sofre os impactos da degradação.

A problemática se aprofunda quando se observa que muitos projetos escolares de sustentabilidade apresentam Educação Ambiental com foco em comportamentos individuais e não em mudanças estruturais. Ao destacarem a ideia de que todas as pessoas sofreram as mesmas consequências que os impactos ambientais podem causar, ocultam as injustiças ambientais vivenciadas por populações vulneráveis.

Dentro desse cenário, a sustentabilidade deixa de ser compreendida como um processo que envolve respeito aos limites dos ecossistemas e garantia de condições de vida dignas para todos. Em vez disso, transforma-se em uma estratégia ideológica que favorece a reprodução do modelo econômico dominante. Quando se desconsidera a dimensão histórica e social da problemática ambiental, perde-se a oportunidade de desenvolver uma Educação Ambiental capaz de promover participação social, formação crítica e transformação social.

Dessa forma, discutir a problemática da sustentabilidade implica reconhecer que sua estratégia, no formato hegemônico, não tem promovido transformação social significativa, mas sim reforçado práticas conservadoras e alinhadas ao mercado. Ao buscar em primeiro lugar conscientizar sobre soluções individuais, o discurso dominante oculta as raízes políticas e econômicas da crise ambiental. Assim, a Educação Ambiental, nesse contexto, passa a não ser instrumento de incentivo do pensamento crítico, de resistência e construção de alternativas de transformação. Assim, conforme, Lamosa (2010), a Educação Ambiental se realiza em um contexto em que o empresariado passou a promover parcerias com as

escolas, visando garantir a educação política necessária para o novo padrão de sociabilidade.

É de fundamental importância que as instituições educacionais ao trata da temática e ao inserir projetos referentes ao DS, busquem trazer a Educação Ambiental também de forma crítica. Urge-se, assim, alternativas para construir, de forma autônoma, práticas educativas que destaquem e realizem justiça social, preservação ambiental e formação cidadã. Desse modo, deixam de ser meras receptoras de projetos empresariais que reforçam ideologias de mercado e que ocultam conflitos ambientais reais que precisam ser refletidos e debatidos pela sociedade.

A Educação Ambiental nas escolas assumiu um papel relevante nas últimas décadas, diante da crise socioambiental global e das orientações de organismos internacionais, como a UNESCO, que reforçam a necessidade de uma educação voltada para a sustentabilidade. Assim sendo, as práticas pedagógicas nas escolas referente ao desenvolvimento sustentável parte da ideia que os desafios ambientais para serem evitados necessitam de novas maneiras de agir e pensar.

No contexto social vigente, é notório que as escolas é um dos espaços responsáveis para trabalhar e estimular a questão do desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas à sustentabilidade. Entretanto, a maioria das práticas pedagógicas em Educação Ambiental têm concepções conservacionistas que priorizam a conscientização ecológica, ações técnicas que visam apenas a mudança de comportamento como solução para amenizar os impactos ambientais, desse modo, sem aprofundar em questões sociais.

As práticas pedagógicas nas escolas se baseiam na ideia de preservar a natureza por meio de comportamentos individuais e atitudes moralmente corretas. Na escola, isso costuma se traduzir em atividades como campanhas de limpeza, reciclagem, plantio de mudas em datas comemorativas, uso de materiais sustentáveis, economia dos recursos naturais, entre outros. Entretanto, apesar de serem práticas comuns no cotidiano escolar, estudiosos, como Lima (2009), destaca que esse tipo de abordagem ignora que os problemas ambientais não são apenas questões naturais, porém resultam de conflitos políticos, econômicos e sociais. Desse modo, práticas conservacionistas reforçam uma visão superficial e ingênua da realidade, priorizam a mudança de comportamentos individuais, mas não a compreensão estrutural dos problemas.

Ademais, cabe mencionar que em algumas escolas a Educação Ambiental para sustentabilidade, ocorre a partir das ações que são desenvolvidas apenas em datas comemorativas, como o Dia da Árvore ou a Semana do Meio Ambiente, que abordam principalmente o uso consciente da água, assim, perdendo continuidade e deixando de integrar

o currículo escolar. Por essa perspectiva, impede-se que a Educação Ambiental se consolide como prática pedagógica constante, comprometendo sua contribuição para a formação cidadã e transformadora. Além do mais, é essencial enfatizar que a ausência de projetos e de formações e qualificações para que professores possam trabalhar a Educação Ambiental de maneira crítica, participativa e reflexiva é uma problemática que também persiste no âmbito escolar.

Apesar do documento da UNESCO (2005) destacar que a Educação para Desenvolvimento Sustentável deve promover pensamento crítico, participação, responsabilidade e compreensão dos problemas em suas múltiplas dimensões em algumas escolas as práticas conservacionistas tendem a separar meio ambiente e sociedade, ou seja, os problemas ambientais são interpretados como se fossem fenômenos naturais e não processos históricos.

Em suma, Educação Ambiental passa a ser neutra e evita confrontar interesses e modelos de sociedade. Diante desse cenário, é possível compreender que educação voltada somente para ensinar ações sustentáveis perde seu espaço tanto libertador quanto crítico e apenas se transforma em um instrumento de controle social, que oculta discutir e apresentar para a sociedade as raízes e as causas históricas dos impactos ambientais.

Há um relativo consenso que as Práticas Pedagógicas em Educação Ambiental nas Escolas são essenciais para a formação de cidadãos conscientes sobre questões ambientais. No entanto, as práticas pedagógicas conservadoras na Educação Ambiental reduzem a Educação Ambiental a ações superficiais e comportamentais, limitando a uma visão simplificada dos problemas ambientais. Diante dessa linha de raciocínio, entende-se que a Educação Ambiental necessita de ir além do conservacionismo.

Para ir além da macrotendência conservacionista é fundamental associar problemas ambientais às questões sociais, econômicas e políticas, compreendendo seus conflitos e interesses. É essencial que as práticas pedagógicas nas escolas além de apresentar técnicas da sustentabilidade, também conceda a criação de projetos contínuos, ou seja, evitem apenas ações isoladas em datas comemorativas, ademais, é preciso aproximar a escola da comunidade considerando problemas reais do território e promover debates que valorizem a participação ativa, a reflexão e o diálogo.

As práticas pedagógicas conservacionistas da Educação Ambiental nas escolas são importantes como ponto de partida. No entanto, a escola pode contribuir de maneira mais qualificada a partir de uma educação crítica que incentive o pensamento reflexivo sobre a relação entre sociedade e natureza. Assim, práticas pedagógicas voltadas à Educação Ambiental constituirão potenciais processos formativos para formar cidadãos capazes de enfrentar os

desafios ambientais contemporâneos, reconhecendo que a transformação requer não apenas mudanças individuais, mas alterações estruturais, democráticas e coletivas.

Em muitas escolas brasileiras, os projetos de Educação Ambiental são desenvolvidos a partir da perspectiva de uma Educação Ambiental conservadora. Em outras palavras, são projetos que não estimula reflexões sobre as raízes dos problemas ambientais, os projetos de Educação Ambiental nas escolas brasileiras embora sejam fundamentais, ainda seguem a cultura de práticas conservacionistas e moralizantes.

Apesar da presença dos projetos de Educação Ambiental desenvolvidos nas escolas serem recorrentes nos discursos pedagógicos, as práticas desenvolvidas nas instituições de ensino ainda apresentam limitações significativas, especialmente quando analisadas sob uma perspectiva crítica. Diante desse cenário, cabe destacar a exemplo as campanhas de reciclagem, apesar de necessária, é tratada de forma sem reflexão. O desenvolvimento sustentável é inserido sem pensamento crítico, assim sendo, ações superficiais substituem processos educativos mais formativos e profundos.

Destaca-se que os projetos se distanciam de realidade das causas reais dos problemas ambientais. O texto "O Cinismo da Reciclagem" de Philippe Pomier Layrargues (2012), explica por exemplo que projetos como de reciclagem, ensinam a separar o lixo em casa, mas não estimula no aluno a reflexão a respeito do motivo pelo qual a sociedade consome tanto ou por que as empresas fazem produtos descartáveis. Isso é o que o autor chama de "reducionismo", tudo vira práticas técnicas.

Em síntese, são projetos que não estimulam o aluno a pensar, a compreender que o lixo vem principalmente do consumismo, do descarte e da produção capitalista que cria produtos que quebram rápido. Nas escolas brasileiras os projetos aceitos para trabalhar a Educação Ambiental para sustentabilidade apenas procuram conscientizar os estudantes sobre a importância da coleta seletiva do lixo e da conservação dos recursos naturais. Desse modo, é preciso que as escolas não adotem sem questionar, campanhas patrocinadas por empresas para que dessa forma não contribua para ocultar debates importante referente a questões ambientais.

Projetos centrados apenas no comportamento individual, como, por exemplo, “jogar lixo no lixo” “economizar água” “separar resíduos sólidos de acordo com sua composição”, é um modelo no qual se repete com frequência todos os anos em escolas. São projetos superficiais, que não estimula os estudantes a construir reflexão e consciência crítica. Pelo contrário, muitas vezes reforçam uma ideia de que os problemas ambientais são em razão apenas de comportamentos individuais, e não de raízes históricas, processos econômicos, políticos e sociais mais amplos.

A Educação Ambiental no ambiente escola seguindo o modelo conservador, que foca apenas ações individuais, analisa ensinar regras de conduta ambiental. Ela não desperta nos alunos a curiosidade de compreender os determinantes sociais da crise ambiental, não estimula refletir, por exemplo, se o modelo de desenvolvimento pode ocasionar desigualdade e destruição ambiental.

Evidencia-se, assim, que os projetos de Educação Ambiental nas escolas estão cada vez mais focado na conscientização de ações individuais, ou seja, buscam formar alunos que reciclam, mas não cidadãos que questionam o sistema. Em suma, é notório que muitas instituições educacionais não apresenta os problemas ambientais como questões estruturais interligadas ao modelo econômico e à exploração da natureza.

5 Considerações Finais

Embora grande parte dos projetos escolares apontados pela literatura analisada continue trabalhando dentro de uma lógica conservacionista, é importante enfatizar a necessidade de também desempenhar uma Educação Ambiental crítica nas escolas brasileira. É importante que a Educação Ambiental crítica tenha seu papel transformador de despertar nos alunos reflexões aprofundas sobre as raízes históricas das causas ambientais, ademais, é fundamental também estimular os alunos terem a princípio consciência crítica sobre consumismo, justiça social, desigualdades e políticas públicas.

Diante desse cenário, é evidente que uma escola que deseja desenvolver uma Educação Ambiental crítica precisa trabalhar a ideia discutir as raízes históricas das causas ambientais, é importante discutir, por exemplo, sobre modelo econômico, desigualdades no acesso aos bens naturais; conflitos entre grandes empresas, governos e comunidades; consumo, impactos socioambientais da agricultura, papel do Estado e das políticas públicas, entre outros.

Em suma, são questões fundamentais para que a Educação Ambiental deixe de ser um conjunto de atividades superficial, sem estímulo de reflexão e se transforme em um processo que forme cidadãos capazes agir, de transformar a realidade, de analisar criticamente os problemas ambientais e de compreender que os impactos ambientais não são resultados apenas de fenômenos naturais.

A pesquisa bibliográfica desenvolvida e apresentada neste artigo demonstrou que a Educação Ambiental presente nas escolas brasileiras ainda enfrenta desafios significativos no que diz respeito à construção de uma consciência crítica e transformadora. Nesse sentido, a Questão da Sustentabilidade em Projetos de Educação Ambiental nas Escolas apesar de a

sustentabilidade ser frequentemente mencionada nos documentos oficiais e em projetos pedagógicos, é possível analisar que na prática, projetos interligados a sustentabilidade constantemente são limitados a ações direcionadas à conscientização da mudança de comportamento individual. Em outras palavras, é possível analisar por meio desta pesquisa, que apresentar e desenvolver a Educação Ambiental de forma superficial nas escolas não tem favorecido a construção de forma significativa de uma consciência crítica e reflexiva sobre a área ambiental, pelo contrário, reforça uma visão despolitizada dos problemas ambientais, deslocando para o indivíduo responsabilidades que são, em grande parte, estruturais.

Outro fator identificado é que a crescente presença do discurso empresarial no ambiente escolar tem contribuído para propagar projetos e uma percepção de sustentabilidade alinhada aos interesses do mercado, que privilegia práticas visíveis e de fácil introdução, mas que pouco avançam na consciência crítica das desigualdades, causas e raízes históricas e referente a crise ambiental. Diante disso, se faz necessário acrescentar a necessidade de que a escola precisa em assumir o papel ativo na formação de sujeitos críticos, capazes de reconhecer que questões ambientais não se limitam ao uso consciente dos recursos naturais, mas também estão relacionadas ao modelo de desenvolvimento, às relações econômicas e às disputas políticas.

Por ora, considera-se que as disputas no campo da Educação Ambiental apontam para uma necessária explicitação a respeito das perspectivas teóricas que informam pesquisas e práticas, desfazendo supostos consensos difundidos pelas comunidades epistêmicas em torno de seus objetivos, conceitos e pressupostos (LIMA, 2011). Assim, se ganha destaque a sustentabilidade pouco crítico, desconsiderando o caráter conflituoso e contraditório, evidenciando-se as implicações em reproduzir o padrão societário.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da república Federativa**, Brasília, DF, 28 abr. 1999.
- BAGNOLO, Carolina Messoria. **A educação ambiental na escola: responsabilidade de quem?**. Cadernos da Pedagogia, São Carlos, v. 3, n. 6, p. 77-90, 2009.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1991.
- GONZAGA, Magnus José Barros. **A política nacional de educação ambiental: limites e desafios para a sua efetivação na Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. 2014. 209 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

_____. **Educação ambiental: um estudo de experiências em escolas municipais de Natal.** 2008. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. **A educação ambiental e o novo padrão de sociabilidade do capital:** um estudo nas escolas de Teresópolis (RJ). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Educação da UFRJ. Rio de Janeiro, 2010.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental.** In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs.). *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania.* São Paulo: Cortez, 2002. p. 179–220.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **As macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira.** *Ambiente & Sociedade*, v. 17, n. 1, p. 23–40, jan. 2014.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil.** In: ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 6., 2011, Ribeirão Preto. *Anais...* Ribeirão Preto, 2011.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Educação, sustentabilidade e democracia: explicitando a diversidade de projetos político-pedagógicos.** *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 20, p. 69–75, jul./dez. 2009.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora.** *Ambiente & Educação*, Rio Grande, v. 8, p. 37–54, 2003.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LIMA, Maria José Guedes da Silva. **A hegemonia do discurso empresarial de sustentabilidade nos projetos de educação ambiental no contexto escolar: nova estratégia do capital.** *Revista Contemporânea de Educação*, v. 7, n. 14, p. 280–294, 2012.

MEADOWS, Donella H. et al. **Os limites do crescimento:** um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Perspectiva, 1972.

UNESCO. **Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014:** documento final do plano internacional de implementação. Brasília: UNESCO, OREALC, 2005.

UNESCO. **Declaração de Tbilisi:** Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental. Tbilisi, Geórgia: UNESCO; UNEP, 1977.